

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2018
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
CNPJ/MF N. 00.624.961/0001-77
NIRE: 1330000490-8**

Data, hora e local – Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, às quinze (15h) horas, na sede social da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA**, na Avenida Tefé, 3279 – Japiim, Manaus, Estado do Amazonas. **Presenças** – Sr. **DANIEL VAZ DE SÁ RORIZ**, de nacionalidade brasileira, casado, portador da cédula de identidade nº 10018351-6 SESEP RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 508.644.832-87, residente e domiciliado na Rua Raimundo Nonato de Castro, nº 685, Condomínio Gran Vista, Apto 302-C, Bairro Ponta Negra, CEP: 69037-042, Manaus – AM; Sr. **MARCUS VINICIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AM 2520, portador da cédula de identidade nº 770000 SSP/AM e inscrito no CPF/MF sob o nº 013.045.237-80, residente e domiciliado na Avenida Via Láctea, 669, Conjunto Morada do Sol, Condomínio Residencial Vista do Sol, Torre Mirante, apto. 302, Aleixo, CEP 69060-085 em Manaus-AM; e Sr. **ANTÔNIO GILSON NOGUEIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 471.102 SESEG/AM e inscrito no CPF/MF sob o nº 153.304.352-34, residente e domiciliado na Rua Carlos Drummond de Andrade, 89, Conjunto Nova República, Japiim II, CEP 69077-778, na cidade de Manaus-AM. **Publicações** – Dispensada a formalidade da publicação de editais em face do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do dia – a)** Exame, discussão e emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; **b)** o que ocorrer. **Deliberações** – Conforme ordem do dia, foi deliberado o que segue: após examinar as Demonstrações Financeiras concernentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devidamente auditadas pela empresa KSI Auditores Independentes, os conselheiros emitiram o seguinte parecer: “Os abaixo assinados, membros do Conselho Administração da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA, no exercício de suas funções, examinaram as contas da Companhia correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não tendo encontrado qualquer reparo ou objeção sobre elas, razão pela qual são de opinião favorável à aprovação das referidas demonstrações financeiras pela Assembleia Geral de Acionistas.” **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada irretocável por todos os presentes, segue assinada pelos presentes.

Manaus, 09 de março de 2018.




 DANIEL VAZ DE SÁ RORIZ MARCUS VINICIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA ANTÔNIO GILSON NOGUEIRA DE SOUZA
 Presidente do Conselho de Administração Membro titular do Conselho de Administração Membro titular do Conselho de Administração

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2018
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
CNPJ/MF N. 00.624.961/0001-77
NIRE: 1330000490-8**

Data, hora e local – Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, às quinze (15h) horas, na sede social da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA**, na Avenida Tefé, 3279 – Japiim, Manaus, Estado do Amazonas. **Presenças** – Sr. **FRANCISCO ARNÓBIO BEZERRA MOTA**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 0595048-1 SSP/AM e inscrito no CPF/MF sob o nº 027.176.702-20, residente e domiciliado na Rua Rio Mar, 482, Conjunto Vieira Alves, Apto. 403, Nossa Senhora das Graças, CEP 69053-120, na cidade de Manaus-AM; Sra. **SÔNIA JANETE GUERRA DOS SANTOS GOMES**, brasileira, casada, engenheira de pesca, com pós-graduação em planejamento governamental, portadora da cédula de identidade nº 858797 SSP/AM e inscrita no CPF/MF sob o nº 144.333.702-15, residente e domiciliada na Rua Waldemar Jardim Maués, 1041 – Vila Gaia, casa 136, Novo Aleixo, CEP 69098-455 em Manaus-AM; Sra. **LUZIA RAQUEL QUEIROZ RODRIGUES**, brasileira, solteira, administradora, portadora da cédula de identidade nº 13567071 SSP-AM e inscrita no CPF/MF sob o nº 652.603.922-72, residente e domiciliada na Avenida Cosme Ferreira, 2214, Condomínio Arboretto Praças Residenciais, Torre L, apto. 101, Coroadó, CEP 69082-230, em Manaus-AM. **Publicações** – Dispensada a formalidade da publicação de editais em face do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do dia – a)** Exame, discussão e emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; **b)** o que ocorrer. **Deliberações** – Conforme ordem do dia, foi deliberado o que segue: após examinar as Demonstrações Financeiras concernentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devidamente auditadas pela empresa KSI Auditores Independentes, os conselheiros emitiram o seguinte parecer: “Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA, no exercício de suas funções, examinaram as contas da Companhia correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não tendo encontrado qualquer reparo ou objeção sobre elas, razão pela qual são de opinião favorável à aprovação das referidas demonstrações financeiras pela Assembleia Geral de Acionistas.” **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada irretocável por todos os presentes, segue assinada pelos presentes.

Manaus, 09 de março de 2018.




 FRANCISCO ARNÓBIO BEZERRA MOTA SÔNIA JANETE GUERRA DOS SANTOS GOMES LUZIA RAQUEL QUEIROZ RODRIGUES
 Membro titular do Conselho Fiscal Membro titular do Conselho Fiscal Membro titular do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS SOCIAIS E OS PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO EXERCÍCIO FINDO

A Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA, uma sociedade anônima, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de economia mista, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor criada pela Lei Estadual nº 2.326, de 08 de maio de 1995, regida pela Lei Federal nº. 6404, de 15 de dezembro de 1976 e por suas supervenientes alterações introduzidas pelas Leis nº. 9457, de 05 de maio de 1997 e nº. 10.303, de 31 de outubro de 2001, pelo seu estatuto, e tem como objetivo principal o desenvolvimento social, econômico, energético, industrial e ambiental do Estado do Amazonas, competindo-lhe, ainda, entre outras especificadas no seu estatuto:

I. Elaborar, executar ou participar de projetos, obras e serviços de engenharia, de infraestrutura rodoviária, aeroportuária, de habitação, de meio ambiente, de infraestrutura de saneamento básico, de edificações, de transporte de massa, de navegação no transporte de

cargas, além de projetos de reforma, ampliação ou adequação de prédios públicos, empreendimentos turísticos em geral e engenharia consultiva, bem como a execução de programas e projetos governamentais; II. Identificar, analisar, avaliar e viabilizar a implementação de programas e projetos que promovam o crescimento econômico, a multiplicação das oportunidades de negócios e das potencialidades regionais e tecnológicas; III. Implementar as ações que assegurem o fomento dos setores produtivos do Estado, por meio da execução das atividades de atração, incentivo à criação, preservação e ampliação de empreendimentos, bem como da implantação de programas e projetos de estímulo à atividade econômica e outras ações necessárias ao seu desenvolvimento; IV. Estabelecer convênios de cooperação nas áreas científica, tecnológica, de promoção econômica, de gestão empresarial e profissionalização da mão-de-obra com instituições e entidades nacionais e internacionais; V. Gerir mecanismos de natureza física, financeira e institucional que lhe forem atribuídos; VI. Praticar atos de comércio e indústria, serviços e operações que forem necessários à consecução de seus objetivos sociais; VII. Prestar assistência técnica a instituições e entidades na elaboração e negociação de projetos para a captação de recursos, na promoção de negócios e produtos e em marketing e qualidade, bem como, realizar estudos, pesquisas e informações necessárias aos seus objetivos sociais e do desenvolvimento do Estado; VIII. Executar, por iniciativa própria ou de terceiros, consultoria no campo de seus objetivos sociais e do desenvolvimento estadual; IX. Participar acionariamente em outras sociedades, direta ou através da emissão de debêntures conversíveis ou não em ações, bem como, mediante captação de recursos de terceiros, constituição e administração de fundos de investimentos de capital de risco para pequenas e médias empresas. O Estado do Amazonas é, nos termos do disposto no §1º do artigo 5º do estatuto social da CIAMA, acionista majoritário da Companhia e, portanto, controlador da sociedade, que é regida pela lei das sociedades por ações (Lei 6.404/76). O capital autorizado da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 376.000.000,00 (trezentos e setenta e seis milhões de reais), valor esse representado por ações ordinárias nominativas, estando esse capital social analiticamente assim composto:

COMPOSIÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR UNITÁRIO DA AÇÃO (R\$)	TOTAL DO CAPITAL (R\$)
Capital Autorizado	72.307.692,31	5,20	376.000.000,00
Capital a Subscriver	-	-	-
Capital Subscrito	72.307.692,31	5,20	376.000.000,00
Capital Subscrito Integralizado	61.555.803,82	5,20	320.090.179,88
Capital Subscrito a Integralizar	10.751.888,49	5,20	55.909.820,12

I / Ibb{ C {		NÚMERO DE AÇÕES	VALOR (R\$)
Dh9wh 5h 9{ C{ 5h 5h 1 a 1 h{h{ {	h b{ 9{ 1 h 5 9 1 5 a 1b{ Cw 4 5h		20.090.164,28
DANIEL VAZ DE SÁ RORIZ		1,00	5,20
ANTONIO GILSON NOGUEIRA DE SOUZA		1,00	5,20
MARCUS VINICIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA		1,00	5,20
TOTAL		61.555.803,82	320.090.179,88

Cabe informar que, o conselho de Administração é composto por 03 (três) membros efetivos, sendo um deles o Diretor Presidente da CIAMA. (Art. 21 do Estatuto Social da CIAMA). Observa-se que o Governo do Estado do Amazonas tem uma participação percentual desse capital social autorizado subscrito integralizado de 99,9%, o que corresponde a dizer que o Estado do Amazonas é o acionista controlador dessa sociedade empresarial, nos termos do art. 116, letra “a”, “b” e § único da Lei 6.404/76.

PERFIL DA CIAMA

IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA

PODER E ESFERA DE GOVERNO

Pertencente a administração indireta do Estado do Amazonas.

NATUREZA JURÍDICA

Instituída nos termos da Lei Estadual n. 2.336 de 08/05/1995, é uma sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de economia mista, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor.

NÚMERO DE COLABORADORES

75 (sessenta e cinco) colaboradores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. 05 (cinco) prestadores de serviços terceirizados (04 serviço de vigilância patrimonial e 01 motoboy).

MENSAGEM DA DIRETORIA

Apresentamos o Relatório de Gestão da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA, referente ao exercício de 2017, não só em cumprimento ao dispositivo legal, mas, principalmente, como evidência dos princípios da transparência e da responsabilidade social que sempre nortearam as ações desta Companhia. O Relatório de Gestão, ora apresentado como parte integrante da Prestação de Contas encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE, objetiva fornecer informações sobre as ações executadas pela CIAMA no Exercício de 2017. A CIAMA dentro de suas atribuições estatutárias atua como instrumento indutor do Governo do Estado do Amazonas interiorizando o desenvolvimento com a finalidade de reduzir as desigualdades intra e inter-regionais do Estado, por meio de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente do interior do nosso Estado. O documento apresentado contém o Plano Institucional, no qual se consolidam as definições de missão, diretrizes no período 2017, evidenciando os princípios, os desafios, os objetivos e metas alcançados e os desafios enfrentados no período, concentrando seu pensamento estratégico em políticas claramente direcionadas para a sociedade. A Diretoria atual assumiu em 27 de outubro de 2017, com o compromisso de fortalecer as atividades da Companhia, no sentido de alavancar o departamento de Engenharia e executar ações voltadas ao desenvolvimento econômico, à captação de recursos nacionais e externos e atração de investimentos. Uma das principais atribuições da CIAMA hoje é o constante atendimento às prefeituras do interior e suas respectivas representações, atuando na elaboração de projetos de Engenharia. A CIAMA teve atuação no Alto Solimões, com a implementação do Projeto de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para o Zona Franca Verde, com financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, onde executou uma série de ações nas áreas de desenvolvimento sustentável, saneamento e saúde nos municípios da calha. Em continuidade a estas ações, recentemente, a CIAMA realizou estudo de viabilidade para implantação do Sistema de Abastecimento de Água dos municípios de São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Itá e Tonantins e formulou a Carta Consulta, submetida ao Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, para financiar o projeto com objetivo de distribuir água tratada para a população. No final do ano de 2017, após a atual Diretoria assumir a gestão da Companhia, foram avaliados os processos de gestão administrativa financeira da CIAMA, considerando a dinâmica de trabalho, a capacidade técnica, as metodologias e instrumentos e as relações internas e externas. Daí resultou a necessidade de realização de uma auditoria independente. Esta auditoria ocorreu por iniciativa dos gestores, tendo sido definida em reunião da diretoria executiva. Sua realização esteve a cargo de auditores independentes, com vasta experiência de assessoria a organizações de sociedade anônima, destacadamente com formação e experiência na área contábil e na realização de auditorias.

A escrituração contábil da CIAMA é efetivada mediante utilização do sistema Alterdata, operando os módulos Contábil, Financeiro, Patrimônio e Gestão de Pessoal (folha de salários), este último módulo passou por reestruturação em atendimento ao Decreto nº 8373/2014, que instituiu o **Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)**, visando unificar as informações relativas aos nossos colaboradores e conceder maior garantia em relação à efetivação de seus direitos trabalhistas e previdenciários, bem como maior transparência referente às informações de seus contratos de trabalho e obrigações fiscais enviadas à União Federal. Para a garantia da sustentabilidade da CIAMA é indiscutível a condição de estar estruturada e capacitada para enfrentar o desafio de gerir e atender com excelência os seus desígnios institucionais, requerendo equipes capacitadas, atualizações permanentes, dinamismo que garantam eficiência, bem como instrumentos que possibilitem soluções adequadas e tempestivas. Esta avaliação é mais uma iniciativa da atual Diretoria no sentido qualificar suas ações. O Balanço Patrimonial, bem como o relatório dos auditores independentes **KSI BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA**, relativo ao exercício de 2017 (anexo ao presente documento), foi ajustado segundo as diretrizes da auditoria como forma de espelhar a realidade da sociedade em continência aos princípios gerais da administração pública e em homenagem à transparência, probidade e comprometimento da nova gestão da Companhia.

É importante destacar que embora a CIAMA apresente prejuízos contábeis a cada final de ano calendário, tal apontamento é de simples explicação: A Companhia, para fins de dar cumprimento ao seu objeto social que, basicamente, prende-se à execução de políticas públicas do Estado do Amazonas para realização de investimentos e implementação de obras e serviços engajados na interiorização e na realização do desenvolvimento socioeconômico regional nos termos Estatuto Social (Art. 4º., I a IX), conforme demonstrado no relatório, os recursos recebidos como Aportes de Capital do Estado acabavam por não serem considerados receitas contabilmente, sendo lançados a Conta do Patrimônio, gerando prejuízo contábil após a destinação institucional da verba. Ocorre que a contratação da auditoria, que não se restringe às demonstrações contábeis e ainda está em curso, foi realizada exatamente em função desse enredo contábil, sendo detectado que há necessidade de adequação contábil, especialmente, na caracterização do recebimento dos recursos que, por sua vez, deve ser efetivado como subvenção, sob a mesma rubrica transmitida pelo acionista majoritário. Cumpre ressaltar que o lucro da CIAMA é oriundo da participação da política desenvolvimentista do Estado, visando alcançar as metas estabelecidas pelas diretrizes governamentais, ou seja, a tradução do bem-estar social, da cidadania, dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e livre iniciativa, garantia do desenvolvimento, erradicação da pobreza e marginalização, redução das desigualdades sociais e regionais, assim como promover o bem de todos, de forma a atingir o objetivo precípuo do Estado. Portanto, o lucro auferido pela CIAMA é socioeconômico decorrente de serviços relacionados aos seus objetivos estatutários. Além disso, a CIAMA não traz benefícios socioeconômicos somente na área de engenharia, mas também na área de Consultoria Econômica e Organizacional. As atividades exercidas pela CIAMA estão amplamente compatibilizadas com a lei de criação e com o seu estatuto social, não vinculada ao lucro de natureza financeira. O artigo 238 da lei 6.404/76 é claro ao prevê que a pessoa jurídica que controla a sociedade de economia mista tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador, mas poderá orientar as atividades da companhia de modo a atender ao interesse público que justificou a sua criação. O Estado, ao constituir sociedades de economia mista, visa primordialmente, o interesse público, e não o lucro, portanto, o objetivo do acionista majoritário é o atendimento aos interesses da coletividade que legitimam sua existência e constituem base da sua lei de criação e desígnios institucionais. Nesse ponto, os acionistas privados, quando ingressam na entidade, conhecem a finalidade social da sociedade, antagônicas, em grau de primordialidade, aos fins econômicos, portanto, a CIAMA é ferramenta implementadora de políticas públicas em prol do desenvolvimento do Estado, razão pela qual sua eficiência é aferida, sobretudo, pela sua capacidade de persecução aos interesses públicos que orientaram sua criação.

Manaus, 07 de março de 2018.

CULTURA ORGANIZACIONAL

Apresentam-se a seguir, informações norteadoras e estratégicas sobre a missão, visão, objetivos, diretrizes de atuação, serviços disponibilizados no site eletrônico e no estatuto social da Companhia. Os valores e as diretrizes de atuação da Companhia estão alinhados aos princípios norteadores do Estado, disseminados e internalizados aos colaboradores por meio da intranet, internet - site eletrônico -, reuniões mensais, murais, ofícios-circulares, C.I. (comunicações internas). Dentre os princípios organizacionais, tem-se: **MISSÃO** – A CIAMA tem como missão a promoção do desenvolvimento social, econômico, energético, tecnológico, industrial e ambiental do estado do Amazonas. **VISÃO** - Ser uma sociedade de economia mista ágil, flexível, com corpo técnico capacitado e em constante atualização. Os valores são a base da companhia e são compartilhados com todos. A CIAMA orienta suas práticas de negócios a partir dos seguintes valores: **Qualidade** – Desempenhar as atividades institucionais, com presteza, eficiência e eficácia, visando à satisfação plena dos seus clientes e da sociedade; **Respeito** – aos direitos, valores e interesse dos acionistas, clientes, colaboradores, à comunidade e ao meio ambiente; **Ética** – Ter uma conduta moral agindo dentro dos princípios legais, visando a manter e zelar pela nossa reputação; **Transparência** – Exercer uma gestão aberta, transparente e participativa, democratização da informação e induzindo todo o corpo funcional a gerenciar suas atividades, socializando ganhos e eventuais perdas; **Parceria** – Reconhecemos a contribuição de todos os colaboradores, valorizando-os e desenvolvendo-os. Unindo esforços com nossos clientes e fornecedores, para redução dos custos e melhoria dos serviços. **OBJETIVOS DA CIAMA:** Redução dos custos operacionais e administrativos; Satisfação dos clientes; Pontualidade na entrega dos projetos; Implementação dos programas designados pela instituição; Melhoria contínua de processos e atividades; Redução dos impactos ambientais relacionados a geração de resíduos; Valorização e desenvolvimento de Talentos. A Companhia mantém métodos de controle e de gestão eficazes, desenvolvidos pelo corpo técnico da Companhia ao longo dos anos, especialmente aqueles atinentes às regras de estrutura e práticas de gestão de riscos e de controle interno. Dentre as ações com foco na sustentabilidade que são executadas, tem-se a coleta seletiva de resíduos sólidos, torneiras com temporizador, dentre outras sólidas políticas implantada que buscam a redução de custos e preservação do meio ambiente, mediante rigoroso controle de consumo. Todas as ações da Ciama visam atender normas internacionais voltadas à qualidade e satisfação dos clientes, com preocupação na preservação do meio ambiente, conforme quadro demonstrativo dos objetivos desta Companhia. **RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES** - A contratação e a disciplina do relacionamento com fornecedores tem como fator limitante a observância da Lei nº. 8.666/93, seguida pelo critério de qualidade, prazo e menor preço. E, ainda, sob o Novo Regime de Licitações e Contratações das Estatais, Lei n. 13.303/2016, que prescreve um regime próprio de licitações e contratos para as estatais, e exclui o regime tradicional de licitações, buscando assegurar competitividade em atendimento ao interesse público.

PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO - Para o desempenho das funções nas áreas finalísticas e de apoio, a CIAMA conta com a força de trabalho constituída por empregados contratados pelo regime da CLT. A CIAMA busca fomentar o desenvolvimento intelectual dos seus empregados mediante o incentivo à formação e especialização, por meio de cursos, treinamentos e reciclagens destinados ao bom desempenho de suas funções. O grau de instrução dos colaboradores vem aumentando, nos últimos anos, sendo que apenas 10%, possuem apenas o 1º ensino fundamental. O Corpo técnico da CIAMA tem bastante experiência profissional. Há, no entanto, a preocupação da Companhia em trazer profissionais que contribuam para a modernização das atividades da CIAMA como um todo. **COMENTÁRIOS:** A maioria dos colaboradores possui Nível Superior, principalmente pelo fato de que as atividades desenvolvidas na Companhia exigem determinadas especializações tais como as de: Administradores, Advogados, Contadores, Engenheiros Civis, entre outros. Porém, independente desse fato, a Empresa oferece cursos e capacitações aos colaboradores dos demais níveis de escolaridade. **REQUISITOS DE SEGURANÇA** - As estratégias estabelecidas pela Companhia, visando assegurar de maneira efetiva a existência de condições de trabalho saudável e seguras a todos os colaboradores são estabelecidas no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRa e no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO. **APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA** - A fim de incrementar a segurança na CIAMA, foi reestruturado o módulo de controle de portaria e identificação dos assistidos, sendo um total de 8 câmeras, dentre as quais foram realocadas 03 câmeras (prédio da administração), a fim de garantir a segurança de registro dos visitantes nas instalações da Companhia. **PRESEÇA NA WEB E NAS REDES SOCIAIS** - A CIAMA possui um site eletrônico, disponível no endereço www.ciama.am.gov.br, que reúne os principais projetos e informações relevantes alusivas à atividade da Companhia. A CIAMA está ainda nas redes sociais com perfil no *Twitter* (@ciama) e no *Facebook* /ciama.am, e, no ano de 2017, reuniu diversos seguidores.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CIAMA – 2017

Em apoio às políticas públicas do Governo do Estado voltadas ao desenvolvimento dos municípios do interior do Amazonas, a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA criou, ao longo de 2017, uma série de projetos de infraestrutura de saneamento básico, infraestrutura de energia, infraestrutura aeroportuária, bem como elaborou ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Além da parte que envolve o corpo técnico de engenheiros, a Companhia executou, ainda, com apoio de equipe técnica multidisciplinar, o Projeto de Apoio às Prefeituras do Interior do Estado.

MELHORIA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO INTERIOR - Como parte das ações voltadas ao Saneamento, a Companhia elaborou projeto para melhoria e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de quatro cidades do Alto Solimões: São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Itá e Tonantins. Como objetivo de distribuir água tratada para a população, o Governo do Estado visa a redução da mortalidade infantil e das taxas admissíveis de doenças de veiculação hídrica; aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (por ser a região apontada como o segundo índice menor do Estado); e buscar a confiabilidade para instalações de indústrias com aumento da oferta de emprego e renda.

Entre os serviços executados neste projeto, destacamos estudos técnicos para melhorias da Rede Existente; Ampliação da Captação; e Reservação de Rede de Distribuição, com atendimento a cerca de 63 mil habitantes nas sedes municipais destes municípios do Alto Solimões.

A CIAMA realizou, ainda, estudo de viabilidade para implantação do Sistema de Abastecimento de Água destes municípios e formulou a Carta Consulta, submetida ao Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal.

INVESTIMENTO ESTIMADO	CONTRA PARTIDA (5%)		TOTAL	BENEFÍCIOS
Amaturá	9.266.524,41	495.000,00	9.761.524,41	63 mil pessoas beneficiadas; Abastecimento e Tratamento de água para 100% da população do perímetro urbano; Aumento de reservação de 200m3 para 1.700m3; 51 km de rede de abastecimento de água.
Tonantins	8.249.355,62	441.000,00	8.690.355,62	
São Paulo de Olivença	21.474.861,79	1.134.000,00	22.608.861,79	
Santo Antônio do Itá	16.161.758,57	859.000,00	17.020.758,57	
TOTAL	55.152.500,39	2.929.000,00	58.081.500,39	

MAIOR MORTALIDADE INFANTIL DO ESTADO DO AMAZONAS

2º MAIOR ÍNDICE DE DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA

2º MAIOR ÍNDICE DE MORTALIDADE DE CRIANÇAS DE ATÉ 1 ANO

2º Microrregião de MENOR IDH DO ESTADO

ENERGIA ELÉTRICA - Com base na utilização de energias renováveis e por entender que é de suma importância para o desenvolvimento sustentável, a CIAMA elaborou proposta de implantação de Usinas Fotovoltaicas para cogeração de energia elétrica limpa para os municípios de Amaturá e Santo Antônio do Itá, submetendo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES a Carta-Consulta Preliminar do referido projeto, com imediata aceitação para o financiamento.

O projeto prevê o alcance mínimo para 33 mil habitantes da região, com significativa redução do principal causador do efeito estufa, de aproximadamente 1.500 ton/ano de poluentes e o número de interrupções de energia elétrica na região. E ainda significativa economia anual com a redução da aquisição de óleo combustível de cerca de R\$11 milhões.

A CIAMA realizou o levantamento da localização geoprocessada para um melhor aproveitamento de energia solar e inserção na Rede de Alta Tensão da Concessionária. A Companhia também elaborou o anteprojeto com definições de potências instaladas, *layouts* de painéis fotovoltaicos e arranjos diversos, além do projeto da Casa de Controle, Operação, Cerca de Proteção e o projeto estrutural.

lb9c { Ça 9b Çh	/ hb ÇwI PARTIDA (20%)	Çh ÇI [. 9b9CN lb {
Amaturá	5.499.009,60	1.374.752,40	6.873.762,00
Sto Antônio do Itá	9.942.315,78	2.485.578,95	12.427.894,73
TOTAL	15.441.325,38	3.860.331,35	19.301.656,73

33 mil pessoas beneficiadas;
 ○ Economia de:
 ○ R\$3,5 milhões para o município de Amaturá/ano;
 ○ R\$ 7,5 milhões de reais para o município de Santo Antônio do Itá/ano;
 ○ Redução de emissão de poluentes à atmosfera ANUAL em 1.500 ton/ano de dióxido de carbono.
 ○ Redução do consumo do óleo diesel :
 ○ Amaturá: 916m³
 ○ Santo Antônio do Itá: 2.006m³

APOIO ÀS PREFEITURAS DO INTERIOR - uma das principais atribuições da CIAMA é o constante atendimento às prefeituras e suas respectivas representações, atuando na elaboração de projetos voltados à infraestrutura e desenvolvimento econômico e social. Entre as ações desenvolvidas ao longo de 2017, a CIAMA também atuou na criação de projetos de Engenharia e na consultoria para captação de recursos federais, por meio do Sistema de Convênios - SICONV e de instituições privadas nacionais e internacionais.

DESENVOLVIMENTO DE AGRONEGÓCIOS - Em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM e a Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas - FAEA, a CIAMA integrou o Comitê de Apoio ao Desenvolvimento do Agronegócio no Amazonas - CADAAM, criado com objetivo de impulsionar o aproveitamento sustentável das riquezas regionais, com a participação de produtores, órgãos e entidades de apoio ao agronegócio no Estado do Amazonas.

Em 2017, a CIAMA iniciou a elaboração de um Banco de Dados com a catalogação e mapeamento das empresas de produtos regionais ativas instaladas no Amazonas, de acordo com o potencial produtivo de cada região, que dispõe de informações de insumos; mercado, capacidade produtiva e necessidade de vicinais e intermunicipais, para alavancar o processo produtivo, como fonte de consulta permanente.

O Banco de Dados engloba ainda informações sobre os segmentos: madeira, móveis e artefatos; fécula e farinha de mandioca; fitoterápicos e fitocosméticos; produção de peixe; polpas, extratos e concentrados de frutas; artesanato; turismo ecológico e rural; produtos e serviços ambientais; construção naval; e base mineral cerâmico-leiro.

CAPITAL EMPREENDEDOR - Com objetivo de fomentar o desenvolvimento social e econômico em empreendimentos privados, definidos como prioritários para o Estado, a CIAMA entrou com o capital empreendedor para o Projeto Maniva, já apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM, com a finalidade de contribuir com a consolidação da cadeia produtiva de mandioca, valorizando a produção rural.

INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - A extensão geográfica do Amazonas em sua maioria é caracterizada por uma região sem estradas, onde as curvas dos rios podem dobrar as distâncias para a capital. Neste contexto, o Governo do Estado, por meio da CIAMA, articulou com a Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil do Governo Federal, a implantação e/ou reforma de aeroportos contemplados no Plano Aeroviário do Amazonas. Os projetos destes aeroportos já estão em fase de planejamento e dispõem de investimentos da ordem de R\$ 573 milhões, implantados pelo Governo Federal.

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS - Ao final do ano de 2017, a CIAMA iniciou o estudo para elaboração de projetos voltados para Atividades Produtivas Sustentáveis no Alto Solimões, dentre os quais podemos destacar: Piscicultura e o Manejo de Recursos Pesqueiros, Beneficiamento da Castanha-do-Brasil, com objetivo de alavancar a atividade na região, contribuir para o equilíbrio financeiro e a preservação de espécies.

CURSO VIA IPTV - Em apoio à política de desenvolvimento regional do Estado, a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA, em parceria com a Escola do Legislativo, firmou parceria técnica para a realização de cursos de capacitação para servidores municipais a fim de contribuir para a elaboração de projetos estruturantes e aumentar os índices econômicos e sociais dos municípios do Estado do Amazonas, por meio de cursos mediados via tecnologia IPTV - UEA.

GRACE ANNY BENAYON ZAMPERLINI
Diretora Técnica

DANIEL VÁZ DE SA RORIZ
Diretor-Presidente

EMERSON PERKINS LEMOS DE ASSIS
Diretor-Adm. Financeiro

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CIAMA

CNPJ/MF: 00.624.961/0001-77

JUCEA: NIRE 13300004908 REGISTRADO EM 25/05/1995

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	VALORES EM REAIS	
		31/12/2017	31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE		5.207.274,58	7.865.622,14
Bancos Conta Movimento		44,55	165.167,63
Aplicações Financeiras		4.709.232,21	6.804.992,39
DISPONIBILIDADES GERAL	4	4.709.276,76	6.970.160,02
IRF Aplicações Financeiras		472.680,74	869.775,05
IMPOSTOS A RECUPERAR	5	472.680,74	869.775,05
OUTROS CRÉDITOS	6	4.570,61	4.940,60
DESPESAS ANTECIPADAS	7	20.746,47	20.746,47
ATIVO NÃO CIRCULANTE		37.258.044,26	263.792.964,21
Depósitos Judiciais	8	-	89.791,91
Recursos de Convênios	9	-	87.644.674,30
Recursos de Contratos	10	-	74.511.893,29
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		-	162.246.359,50
Participações Societárias		24.094.794,71	88.094.794,71
Equivalência Patrimonial		(2.594.843,21)	(2.594.843,21)
INVESTIMENTOS	11	21.499.951,50	85.499.951,50
Imobilizado		2.382.798,73	2.409.461,65
Depreciação Acumulada		(1.809.417,65)	(1.719.667,98)
IMOBILIZADO LÍQUIDO	12	573.381,08	689.793,67
Intagível		16.691.770,58	16.691.770,58
Amortização Acumulada		(1.507.058,90)	(1.334.911,04)
INTANGÍVEL LÍQUIDO	13	15.184.711,68	15.356.859,54
TOTAL DO ATIVO		42.465.318,84	271.658.586,35

(Valores em reais)

PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	VALORES EM REAIS	
		31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO CIRCULANTE		348.561,66	240.844,87
Fornecedores		45.018,35	4.765,04
DÉBITOS POR SERVIÇOS	14	45.018,35	4.765,04
Obrigações Sociais		194.144,06	131.450,19
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAS	15	194.144,06	131.450,19
Obrigações Tributárias		106.729,64	70.935,88
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	16	106.729,64	70.935,88
PROVISÕES TRABALHISTAS		2.669,61	33.693,76

PASSIVO NÃO CIRCULANTE		15.758.092,76	1.832.960,78
CIAMA/UCP/PRODERAM		-	1.832.960,78
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	18	-	1.832.960,78
SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS	19	15.758.092,76	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	26.358.664,42	269.584.780,70
Capital Social Subscrito	21.1	376.000.000,00	376.000.000,00
Capital Social a Integralizar		(55.909.820,12)	(57.769.525,12)
Ajuste de Variação Patrimonial	21.2	(241.081.699,57)	-
Prejuízos Acumulados		(52.649.815,89)	(48.645.694,18)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.465.318,84	271.658.586,35

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores em reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	-	-
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(9.108.351,80)	(7.258.635,46)
Despesas Administrativas	(1.010.172,46)	(1.207.839,64)
Despesas com Pessoal e Encargos	(7.109.790,78)	(6.022.215,42)
Despesas Tributárias	(550.082,06)	(28.580,40)
Depreciação e Amortização	(289.847,53)	-
Serviços de Terceiros	(148.458,97)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(9.108.351,80)	(7.258.635,46)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	421.760,47	632.473,81
Receita Financeira	424.901,96	635.668,82
Despesa Financeira	(3.141,49)	(3.195,01)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO OPERACIONAL	(8.686.591,33)	(6.626.161,65)
OUTRAS RECEITAS	4.682.469,62	5.552.624,09
Participações Societárias	867.466,80	-
Contribuição do Estado para Custeio	3.779.500,00	5.499.960,00
Recuperação de Despesas	21.741,73	21.484,07
Outras Receitas	13.761,09	31.180,02
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ANTES DA PROVISÃO P/ IRPJ E CSLL	(4.004.121,71)	(1.073.537,56)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4.004.121,71)	(1.073.537,56)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇAS NAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores em reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL EM 01 DE JANEIRO DE 2016	294.865.085,30	-	(47.572.156,62)	247.292.928,68
Integralização de Capital	23.365.389,58	-	-	23.365.389,58
Prejuízo Líquido de Exercício	-	-	(1.073.537,56)	(1.073.537,56)
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	318.230.474,88	-	(48.645.694,18)	269.584.780,70
Integralização de Capital	1.859.705,00	-	-	1.859.705,00
Ajuste de Variação Patrimonial	-	(241.081.699,57)	-	(241.081.699,57)
Prejuízo Líquido de Exercício	-	-	(4.004.121,71)	(4.004.121,71)
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	320.090.179,88	(241.081.699,57)	(52.649.815,89)	26.358.664,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CNPJ/MF: 00.673.788/0001-05

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Prejuízo Líquido do Exercício	(4.004.121,71)	(1.073.537,56)
(+/-) AJUSTES DO RESULTADO LÍQUIDO		
Depreciações e Amortizações	261.897,53	321.607,83
Ajuste de Variação Patrimonial	(241.081.699,57)	-
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	(244.823.923,75)	(751.929,73)
I - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(AUMENTO) OU REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	487.256,21	(142.741,77)
IRF Aplicações Financeiras	397.094,31	(144.181,62)
Outros Créditos	369,99	(271,16)
Despesas Antecipadas	-	(20.746,47)
Depósitos Judiciais	89.791,91	22.457,48
AUMENTO OU (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	107.716,79	(135.104,60)
Fornecedores	40.253,31	(55.146,20)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	62.693,87	(4.518,45)
Obrigações Tributárias	35.793,76	2.136,67
Provisões Trabalhistas	(31.024,15)	(37.181,07)
Resultado do Exercício Futuro	-	(40.395,55)
Equivalência Patrimonial Negativa	-	-
CAIXA APLICADO NAS OPERAÇÕES	594.973,00	(277.846,37)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(244.228.950,75)	(1.029.776,10)
II - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos a Longo Prazo	64.000.000,00	(21.124.929,58)
Integralização de capital	1.859.705,00	23.365.389,58
Aquisição de Bens Imobilizado	26.662,92	(10.848,00)
Recursos de Convênios	87.644.674,30	-
Recursos de Contratos	74.511.893,29	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	228.042.935,51	2.229.612,00
III - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Subvenções Governamentais	15.758.092,76	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	15.758.092,76	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.260.883,26)	1.199.835,90
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	6.970.160,02	5.770.324,12
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	4.709.276,76	6.970.160,02
AUMENTO/(REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.260.883,26)	1.199.835,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
KSI BRASIL – RAI/AM 001/2018**

Aos Acionistas e Diretores da

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA
Opinião Com Ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião Com Ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas não representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis - A não adoção dos procedimentos descritos na NBC TG 01 (R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, pela empresa demonstra a falta de adoção da legislação vigente no que reflete nos valores demonstrados nas rubricas do balanço patrimonial, valor não foi quantificado; A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA** mantém investimentos no valor de R\$ 21.499.951,50 (vinte e um milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos), nas empresas Agropam-Agricultura e Pecuária Amazonas S/A no valor de R\$ 14.860.994,11 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e quarenta e quatro reais e onze centavos), Companhia de Saneamento do Amazonas-Cosama no valor de R\$ 6.124.929,58 (seis milhões, cento e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos) e Maniva Agroindustrial da Amazonia Ltda. No valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), cujos cálculos de Equivalência Patrimonial não foram realizados, e tão pouco tivemos acesso as demonstrações auditadas, desta forma não podemos atestar se os valores estão atualizados; A Empresa reconheceu como Ajuste de Variação Patrimonial, o montante de R\$ 241.081.699,57 (duzentos e quarenta e um milhões, oitenta e um mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos) as baixas foram para adequação as normas contábeis descritas na NBC TG 07 – Subvenções e Assistência Governamentais, e nos saldos das contas de Investimentos “Empresa Amazonense de Dendê – EMADÉ” no montante de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) em razão do abandono do projeto e da empresa não encontra-se em operação, na rubrica “Ativo Imobilizado” no montante de R\$ 573.381,08 (quinhentos e setenta e três mil, trezentos e oitenta e um reais e oito centavos), na rubrica “Intangível Líquido” no montante de R\$ 15.184.711,68 (quinze milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e onze reais e sessenta e oito centavos) referente a subvenções governamentais, na rubrica “Resultado de Exercício Futuro” no montante de R\$ 1.832.960,78 (um milhão, oitocentos e trinta e dois mil, novecentos e sessenta reais e setenta e oito centavos), nas rubricas “Recursos de Convênios” vide a importância de R\$ 87.644.674,30 (oitenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e quatro reais e trinta centavos) e nos “RECURSOS DE CONTRATOS” no montante de R\$ 74.511.893,29 (setenta e quatro milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e noventa e três reais e vinte e nove centavos), devido ao fato de proceder a contabilização e conseqüente capitalização, indevida, dos recursos recebidos em seu Capital, agora o que resulta na mais correta expressão de seus Ativos e Patrimônio Líquido após as correções.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, se ele aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Com base nos assuntos descritos no parágrafo Base para Opinião com Ressalva, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante ou não com relação a esses itens.

Outros assuntos - Quanto ao sistema de informação da empresa, continua modular e sua Contabilidade não possui parametrização entre os setores da sociedade, o que requer retrabalhos que não são feitos de forma integrada. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA**, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados pela empresa Estrutural Auditores Independentes S/S - ME, que emitiu **PARECER SEM RESSALVAS**, no dia 10 de março de 2017.

Responsabilidade da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e matamos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respostas a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas internacionais; · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; · Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Notas explicativas das demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017
KSI BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2 SP 018.460/O-1 – S - AM**

1. DA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis, objeto das combinações de resultados da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA** do exercício em 31 de dezembro de 2017, foram elaboradas com observância dos critérios contábeis, com a nova redação dada pelas Leis nº. 11.638/07 e 11.941/09 (arts. 37 e 38), atendem parcialmente ao Comitê de Pronunciamentos Técnicos CPC (CPC 26, item 16) e basearam-se nos fatos econômicos identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da sociedade. A empresa vem se adequando às referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e aprovados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), requerendo o uso pela Administração da Empresa de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações, que envolvem a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros. Os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas, estando os procedimentos refletidos próximos à realidade da adoção de todos os normativos legais, sendo que aos não adotados foram relacionados em notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições estabelecidas pela Resolução 1.255/2009 do Conselho Federal de Contabilidade, combinada com outras exigências aplicáveis estabelecidas pela legislação tributária em vigor no Brasil.

2. ATIVIDADE OPERACIONAL - A sociedade tem por objeto social, promover o desenvolvimento social, econômico, energético, tecnológico, industrial e ambiental do Estado do Amazonas: **8411/6-00 – Administração pública em geral;**

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do Resultado - O resultado é apurado de acordo com o regime de competência. Neste exercício a empresa não aferiu receitas operacionais. **3.2. Estimativas Contábeis** - As demonstrações contábeis não incluem estimativas e premissas, tais como: provisões para perdas com operações de crédito; operações mercantis com ativo permanente; estimativa da vida útil de determinados ativos e outros similares, não sendo consideradas as provisões para passivos contingentes. **3.3. Caixa e Equivalente de Caixa** - Estão representadas por numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis. Quanto às aplicações financeiras de curto prazo e com alta liquidez (prazo de resgate de até 90 (noventa) dias data do balanço), quando existirem serão avaliadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do Balanço Patrimonial. **3.4. Outros Créditos** - Na conta de Adiantamentos aos Fornecedores são registrados os valores pagos antecipadamente por produtos, materiais de uso e consumo e serviços que serão entregues futuramente. Segundo o regime de competência, os valores serão apropriados e lançados para estoques, ativos e despesas assim que o fornecedor em questão emitir a fatura comercial. **3.5. Impostos a Recuperar** - Os impostos são originados pelos serviços necessários às atividades da empresa, bem como pela retenção de impostos na fonte de empresas estatais, em conformidade com a Lei 9.430/96, artigo nº 63, e Lei 10.833/03, artigo 34, e impostos retidos pelas instituições financeiras. Estes impostos podem ser compensados com tributos de mesma natureza em apurações futuras, escriturados e apurados em livros próprios. Os impostos a recuperar estão demonstrados pelos seus valores históricos no encerramento do exercício. **3.6. Outros Créditos e demais Contas a Receber** - Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Os ativos de longo prazo têm sua realização acima de doze meses da data do balanço patrimonial. **3.7. Investimentos** - As contas representativas das participações permanentes em outras sociedades, em consonância

a tornar-se sócia de outra empresa, essas participações geram rendimentos para a empresa (dividendo ou participação nos lucros). Os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no Ativo Circulante ou no Ativo Realizável a Longo Prazo, e que não se destinem à manutenção da atividade da empresa. **3.8. Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar os seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e construções	25
Máquinas e Equipamentos	10
Instalações	10
Veículos	5
Equipamentos de Informática	5
Móveis, utensílios e equipamentos	10
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	10

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. Durante o exercício em 31 de dezembro de 2017, a companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária. A Administração estuda a implantação do Impairment a partir do próximo exercício social. Portanto, as demonstrações contábeis retratam a apuração da depreciação pelo critério fiscal. **3.9. Ativos Intangíveis - Softwares** - As licenças de softwares são contabilizadas com base nos custos incorridos. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos, e estão contabilizados no Ativo Permanente junto com os equipamentos técnicos e de informática. **Pesquisa e Desenvolvimento** - Os recursos aportados em pesquisas e desenvolvimentos são contabilizados com base nos custos incorridos, e realocados na fase de desenvolvimento para o Ativo Permanente, com base no Pronunciamento Técnico CPC 04. **3.10. Passivos Circulantes e Passivos não Circulantes** - Os passivos circulantes e passivos não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, não reconhecidas neste exercício, por entender sua Administração que não possuem riscos eminentes em suas operações. **3.11. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens, mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os fornecedores são inicialmente reconhecidos pelo valor de aquisição e são mensurados pelo custo amortizado de suas duplicatas, não incluindo o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente, não sendo aplicado o valor presente neste exercício. **3.12. Encargos Sociais a Pagar** - Os encargos sociais a pagar são obrigações incidentes sobre os pagamentos a funcionários e, conforme especificado na CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), escriturados em conformidade com os resumos das folhas de pagamentos e as declarações Previdenciárias. **3.13 - Obrigações Tributárias** - As Obrigações Tributárias têm como base de cálculo para apuração dos tributos de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL e ISS a receita bruta de vendas e serviços, sobre o regime de competência. As empresas devem adequar-se às novas regras contábeis, tendo em vista o processo de globalização dos mercados, com harmonização com os pronunciamentos contábeis internacionais, por outro lado, a Lei 11.941/09 trouxe diversas alterações no campo tributário, objetivando neutralizar o impacto da Lei 11.638/07. **3.14. Provisões** - Neste exercício não foram calculadas as provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, em decorrência de seus advogados informarem a não existência de processos relevantes contra esta empresa. Quando a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA tiver uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Nesta circunstância, será efetivada uma provisão com base na opinião de seus advogados e será registrada no balanço patrimonial. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão será reconhecida, mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões, quando mensuradas, serão pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo será reconhecido como despesa financeira. **3.15. Despesas** - São operacionais as despesas não computadas nos custos, necessárias à atividade da empresa e à manutenção da respectiva fonte produtora. As despesas operacionais admitidas são as usuais ou normais no tipo de transações, operações ou atividades da empresa, entendendo-se como necessárias as pagas ou incorridas para a realização das transações ou operações exigidas pela atividade da empresa (RIR/1999, art. 299 e seus §§ e PN CST n o 32, de 1981). As despesas não operacionais são as não relacionadas à atividade da empresa, a exemplo: patrocínio, doações, donativos, etc. São consideradas despesas financeiras os juros pagos ou incorridos, os quais serão dedutíveis como custo ou despesa operacional, observadas as seguintes normas (RIR/1999, art. 374):

a. os juros pagos antecipadamente, os descontos de títulos de créditos e o deságio concedido na colocação de debêntures ou títulos de crédito, deverão ser apropriados proporcionalmente ao tempo decorrido (pró-rata tempore), nos períodos de apuração a que competirem. b. os juros de empréstimos contralados para financiar a aquisição ou construção de bens do ativo permanente, incorridos durante as fases de construção e pré-operacional, podem ser registrados no ativo diferido, para serem amortizados.

1. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

BANCO CONTA MOVIMENTO	31/12/2017	31/12/2016
ITAO - C/CORRENTE - 05375-1	43,55	446,09
BRADESCO C/C-12.194-0	1,00	1,00
BRADESCO C/C - 32.751-4 - CIAMA/CONVÊNIOS	-	5.367,48
BRADESCO C/C - 42.950-3 - CIAMA/DIMPE II	-	159.353,06
TOTAL	44,55	165.167,63
APLICAÇÃO FINANCEIRA	31/12/2017	31/12/2016
ITAO C/C- 05375-1	3.448.071,93	3.243.807,51
BRADESCO - C/APLICAÇÃO	200.562,98	2.162.898,06
BRASIL - C/APLICAÇÃO - C/MOV/8.662-2	1.060.597,30	1.398.286,82
TOTAL	4.709.232,21	6.804.992,39
TOTAL DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.709.276,76	6.970.160,02

Equivalentes de caixa abrangem depósitos bancários mantidos nos bancos de primeira linha, os quais estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDBs são remuneradas por taxas variáveis do CDI em 31 de dezembro de 2017, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

2. IMPOSTOS A RECUPERAR

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
IRF A COMPENSAR S/APLIC. FINANCEIRA	472.680,74	869.775,05
TOTAL	472.680,74	869.775,05

Trata-se de créditos originados da retenção na fonte de impostos sobre as aplicações financeiras no montante de R\$ 472.680,74 (quatrocentos e setenta e dois mil, seiscentos e oitenta reais e setenta e quatro centavos), devidamente escriturados a valores históricos e não atualizados pela Taxa SELIC, que são debitados mensalmente em contrapartida aos impostos a pagar de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL e INSS. A Administração estuda a possibilidade de desenvolver atividades operacionais, que permitam a compensação dos créditos sobre o faturamento para o próximo exercício social.

3. OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
ADIANTAMENTOS CAIXA FUNDO FIXO	1.000,00	-
ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS A EMPREGADOS	3.570,61	-
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS/BANCO DO BRASIL S/A	-	4.940,60
TOTAL	4.570,61	4.940,60

Adiantamentos a funcionários correspondem aos valores antecipados aos colaboradores da sociedade, principalmente aos vinculados ao adiantamento de salários.

4. DESPESAS ANTECIPADAS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
ALUGUEL IMI VEL-SÉDE DA CIAMA	20.746,47	20.746,47
TOTAL	20.746,47	20.746,47

Compreende as despesas pagas antecipadamente que serão consideradas como custos ou despesas no decorrer do exercício seguinte.

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
DEPOSITO AD RECURSUM TRABALHISTAS	-	38.803,67
BLOQUEIO JUDICIAL	-	50.988,24
TOTAL	-	89.791,91

Representam os valores depositados em garantias aos processos trabalhistas, cíveis e tributários. Estes valores são garantidores até o trânsito em julgado, momento em que serão resgatados ou compensados com a demanda judicial.

6. RECURSOS DE CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
RECURSOS DE CONVÊNIOS	-	87.644.674,30
TOTAL	-	87.644.674,30

Os valores representados no ativo não circulante pela rubrica Recursos de Convênios no montante de R\$ 87.644.674,30 (oitenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e quatro reais e trinta centavos) que foram repassadas as Prefeituras do interior do Estado do Amazonas, visando o desenvolvimento social, que permanecem nas demonstrações contábeis, foram reclassificados para a rubrica de Ajuste de Variação Patrimonial, em razão dos recursos dos projetos já estarem concluídos sem qualquer possibilidade de retorno financeiro

7. RECURSOS CONTRATADOS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
CONSTRUTORA SOMA LTDA. - CTº 007/2010/CIAMA	-	28.076.840,82
W.P. CONST. COM. TERRAPL. LTDA.-CTº 008/2010/CIAMA	-	39.232.681,27
P.R. CONST. TERRAPL. LTDA. - CTº 009/2010/CIAMA	-	2.416.731,94
CONST. PONCTUAL CORP. LTDA. - CTº 011/2010/CIAMA	-	2.715.101,10
N.J. CONSTRUÇÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA	-	2.070.538,16
TOTAL	-	74.511.893,29

Os valores representados no ativo não circulante pela rubrica Recursos de Contratos no montante de R\$ 74.511.893,29 (setenta e quatro milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e noventa e três reais e vinte e nove centavos) que foram repassadas as Prefeituras do interior do Estado do Amazonas, visando o desenvolvimento social, que permaneciam nas demonstrações contábeis, foram reclassificados para a rubrica de Ajuste de Variação Patrimonial, em razão dos recursos dos contratos já estarem concluídos sem qualquer possibilidade de retorno financeiro.

8. INVESTIMENTOS

ATIVO NÃO CIRCULANTE		
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	31/12/2017	31/12/2016
CIALI- COMPANHIA DE ALIMENTOS	508.871,02	508.871,02
INTERMEF-INTEGRAÇÃO MÉDICO HOSPITALAR	1.600.000,00	1.600.000,00
AGROPAN-AGRICULTURA E PECUÁRIA AMAZONAS SA	14.860.994,11	14.860.994,11
EMPRESA AMAZONENSE DE DENDÊ-EMADE	-	65.000.000,00
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS-COSAMA	6.124.929,58	6.124.929,58
MANIVA AGROINDÚSTRIA DA AMAZONIA LTDA	1.000.000,00	-
TOTAL	24.094.794,71	88.094.794,71
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2017	31/12/2016
CIALI-COMPANHIA DE ALIMENTOS SA	(549.870,97)	(549.870,97)
INTERMEF-INTEGRAÇÃO MÉDICO HOSPITALAR FARMACEUTIC	(2.044.972,24)	(2.044.972,24)
TOTAL	(2.594.843,21)	(2.594.843,21)
TOTAL DE INVESTIMENTOS	21.499.951,50	85.499.951,50

Os investimentos estão registrados a valores históricos onde não foi efetuado o reconhecimento do cálculo das equivalências patrimoniais, nas demonstrações contábeis apresentadas, conforme contratos sociais registrados na Junta Comercial do Amazonas, e sem movimentação das investidas no período.

O montante de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) representada nas demonstrações contábeis, a título de investimentos na EMPRESA AMAZONENSE DE DENDÊ-EMADE, foram ajustados, na conta de Ajuste de Variação Patrimonial, pelo motivo de abandono do projeto.

9. IMOBILIZADO

ATIVOS TANGÍVEIS	31/12/2017			31/12/2016		
	CUSTO	DEPRECIACÃO ⁽¹⁾	LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIACÃO ⁽¹⁾	LÍQUIDO
VEÍCULOS	135.000,00	(135.000,00)	-	182.950,00	(146.007,04)	16.942,96
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	284.150,45	(271.680,27)	12.490,18	284.150,45	(263.806,22)	20.344,23
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	458.675,56	(456.826,73)	1.848,83	458.675,56	(456.254,33)	2.421,23
EQUIP. DE COMUNICAÇÕES	8.989,09	(7.916,59)	1.072,50	7.702,01	(7.669,61)	32,40
BENEFITÓRIAS - SEDE DA CIAMA	888.518,56	(755.713,75)	132.804,81	888.316,56	(724.397,15)	163.919,41
BENEFITÓRIAS - MUSA	607.667,07	(182.300,31)	425.366,76	607.667,07	(121.533,63)	486.133,44
TOTAL	2.382.798,73	(1.809.417,65)	573.381,08	2.409.461,65	(1.719.667,98)	689.793,67

A empresa efetuou o cálculo da despesa de depreciação de seus ativos, pelo método linear, às taxas determinadas pela Receita Federal do Brasil, em função da vida útil dos bens, e para este exercício não procedeu ao cálculo do *Impairment*, conforme advento promovido pelas alterações da Lei nº 11.638/07. No entanto, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

10. INATINGÍVEL

ATIVOS INTANGÍVEIS	31/12/2017			31/12/2016		
CUSTO	AMORTIZAÇÃO ⁽¹⁾	LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ⁽¹⁾	LÍQUIDO	
SOFTWARES	7.986,00	(3.061,30)	4.924,70	7.986,00	(1.464,10)	6.521,90
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	16.673.394,57	(1.405.292,20)	15.178.142,37	16.673.394,57	(1.325.740,50)	15.347.654,07
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS E MÉTODOS	10.390,01	(8.745,40)	1.644,61	10.390,01	(7.706,44)	2.683,57
TOTAL	16.691.770,58	(1.507.058,90)	15.184.711,68	16.691.770,58	(1.334.911,04)	15.356.859,54

A Empresa efetua o cálculo da despesa de amortização de seu Sistema Alterdata Software, levando em consideração o valor e o prazo do contrato de uso do software. Os recursos aportados em pesquisas e desenvolvimentos são contabilizados com base nos custos incorridos, e realocados na fase de desenvolvimento para o Ativo Permanente, com base no Pronunciamento Técnico CPC 04, referem-se a projetos desenvolvidos em sistemas dedicados de informática solicitados por terceiros com a manutenção e aprimoramentos pela **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CIAMA**.

11. DÉBITOS POR COMPRAS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
MANAUS ENERGIA SA	5.735,24	4.030,36
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÃO	323,42	358,04
LEGÍTIMA SERVIÇOS DE PROT. SEG. E VIG. PAT. LTDA	34.828,46	-
N E T	376,64	376,64
CHEQUE A COMPENSAR	3.754,59	-
TOTAL	45.018,35	4.765,04

Os valores registrados nas contas de fornecedores compreendem as operações comerciais de compra de materiais, aquisições de serviços necessárias às operações da empresa. As transações entre as empresas são realizadas em condições consideradas pela administração como compatíveis com os valores e prazos usuais do mercado, levando em consideração as quantidades envolvidas, cujos saldos são demonstrados ao valor de contratação e das Notas Fiscais, seus prazos de vencimentos, quando superiores a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do balanço patrimonial, são classificados na conta de longo prazo.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

OBRIGAÇÕES SOCIAIS	31/12/2017	31/12/2016
INSS A RECOLHER	136.233,10	89.226,63
FGTS A RECOLHER	57.910,96	42.223,56
TOTAL	194.144,06	131.450,19

A alíquota do FGTS é de 8% sobre a remuneração paga ou devida, durante o mês, de cada trabalhador. Entendem-se como remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere à Lei nº 4.090, de 13/07/62 ([Decreto nº 99.684](#), de 08/11/90, DOU de 12/11/90). As alíquotas do INSS são de 8%, 9% e 11%, em conformidade com a tabela vigente, têm como base a remuneração paga ou devida, durante o mês, de cada trabalhador.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
COFINS/PIS/CSLL	-	1.170,14
IRF A RECOLHER (RETIDO PESSOA FÍSICA)	105.725,74	67.531,88
IRF A RECOLHER (RETIDO PES. JURIDICA)	-	290,39
ISS RETIDO A RECOLHER	1.003,90	1.943,47
TOTAL	106.729,64	70.935,88

a) **ISS a Recolher** – tem como base as receitas geradas de serviços prestados, sobre a alíquota de 5% para o recolhimento do ISS.

b) **PIS e COFINS** – tem como base de cálculo a receita bruta de serviços prestados, sobre a alíquota de 0,65% para PIS e 3% para COFINS.

c) **IRRF PJ** - O imposto de renda sobre notas fiscais de serviços tomados de pessoa jurídica são escriturados na contabilidade, de acordo com a Lei art. 647 do RIR/99 e art. 6º da Lei nº 9.064/95, que trata dos serviços sujeitos à retenção do IR pela alíquota de 1,5%.

14. PROVISÕES TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
FÉRIAS	2.669,61	33.693,76
TOTAL	2.669,61	33.693,76

A empresa adota a provisão de férias conforme mapas de controle interno, utilizados no ano calendário de 2017.

15. RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
CIAMA/UCP/PRODERAM	-	1.832.960,78
TOTAL	-	1.832.960,78

Valores referente a contratos em parceria com as empresas, que neste exercício foram ajustados em decorrência da não realização do projeto.

16. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
SEPLAN - Ativo Imobilizado	573.381,08	-
SEPLAN - Ativo Intangível	15.184.711,68	-
TOTAL	15.758.092,76	-

A sociedade possui na rubrica de Subvenções Governamentais no montante de R\$ 15.758.092,76 (quinze milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, noventa e dois reais e setenta e seis centavos), referente a valores usados na aquisição do ativo imobilizado e intangível, que serão baixados em conformidade com a depreciação. Não consta na rubrica Subvenções governamentais os valores enviados para partici societárias enviados para a participações societárias.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	376.000.000,00	376.000.000,00
CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR	(55.909.820,12)	(57.769.525,12)
AJUSTE DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(241.081.699,57)	-
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(52.649.815,89)	(48.645.694,18)
TOTAL	26.358.664,42	269.584.780,70

O Capital Social a Integralizar é constituído de valores a serem aportados pelo Acionista Majoritário na sociedade. Os prejuízos acumulados têm origem no encerramento de cada período, os valores são apurados com o Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE), sendo compensado nos exercícios seguintes, mediante a legislação vigente. Reportamos o PARECER SEM RESSALVAS da empresa Estrutura Auditores Independentes S/S - ME, datado de 10 de março de 2017.

Prestação de Serviços - A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CIAMA** no exercício de 2017, não contabilizou nenhum tipo de Receita Operacional de vendas de serviços. Porém, registrou como Aporte Financeiro em 31/12/2017 valores que totalizam R\$ 3.779.500,00 (três milhões, setecentos e setenta e nove mil e quinhentos reais) para cobrir a manutenção de custeio da Companhia. **Financeira** – Foram contabilizados valores de Aplicações Financeiras dos aportes repassados pelo Governo do Estado do Amazonas que serviram para pagamentos dos encargos de custeio da Companhia.

20.1 CAPITAL SOCIAL

DESCRIÇÃO	Nº AÇÕES	31/12/2016
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS	61.198.165	318.230.459,28
ANTÔNIO ALUIZIO BRASIL BARBOSA FERREIRA	1	5,20
CARLOS ALEXANDRE D. DE C. MARTINS DE MATOS	1	5,20
IVANHOÉ AMAZONAS MENDES FILHO	1	5,20
TOTAL	61.198.168	318.230.474,88

DESCRIÇÃO	Nº AÇÕES	31/12/2017
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS	61.555.801	320.090.164,28
DANIEL VAZ DE SÁ RORIZ	1	5,20
ANTÔNIO GILSON NOGUEIRA DE SOUZA	1	5,20
MARCUS VINICIUS CAVALCANTI A. DE SOUZA	1	5,20
TOTAL	61.555.804	320.090.179,88

O Capital Social Subscrito é de **R\$ 376.000.000,00** (trezentos e setenta e seis milhões de reais, representado por **72.307.692** (setenta e dois milhões, trezentos e sete mil, seiscentos e noventa e dois) ações, ao preço unitário de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos) com o Capital a Integralizar no montante de **R\$ 55.909.820,12** (Cinquenta e cinco milhões, novecentos e nove mil, oitocentos e vinte reais e doze centavos). O Capital Social Integralizado está distribuído em **R\$ 320.090.164,28** (trezentos e vinte milhões, noventa mil, cento e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos) de um total de **61.555.801** (sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e uma) ações a Acionista Majoritária Governo do Estado do Amazonas., também o valor de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos) representando um total de 1 (uma) ação pertencente ao Sócio Minoritário e Conselheiro de Administração Sr. Daniel Vaz de Sá Roriz, também o valor de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos) representando um total de 1 (uma) ação pertencente ao Sócio Minoritário e Conselheiro de Administração Sr. Antônio Gilson Nogueira de Souza e, também o valor de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos) representando um total de 1 (uma) ação pertencente ao Sócio Minoritário e Conselheiro de Administração Sr. Marcus Vinicius Cavalcanti A. de Souza, conforme Registro de Ata do Conselho e Administração, realizada no dia 14 de novembro de 2017, e registrada na Junta Comercial do Estado do Amazonas, no dia 28 de dezembro de 2017.

20.2 AJUSTE VARIAÇÃO PATRIMONIAL

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Recursos de Convênios	(87.644.674,30)	-
Recursos de Contratos	(74.511.893,29)	-
Empresa Amazonense de Dendê - EMADE	(65.000.000,00)	-
Imobilizado Líquido	(573.381,08)	-
Intangível Líquido	(15.184.711,68)	-
Resultado de Exercício Futuro	1.832.960,78	-
TOTAL	(241.081.699,57)	-

Os valores na rubrica Ajustes de Variação Patrimonial no montante de R\$ 241.081.699,57 (duzentos e quarenta e um milhões, oitenta e um mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) foram realizadas no dia 31 de dezembro de 2017, em vista, da contingência patrimonial e financeira nas demonstrações da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA**, e aceito por esta Diretoria procedemos com os lançamentos para adequação nos saldos das Contas devido as técnicas contábeis errôneas praticadas nos anos que ocorreram os fatos geradores.

18. RECLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL - Para os efeitos de comparabilidade foram reclassificados os valores publicados dos exercícios de 31/12/2016.

19. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - A diretoria da empresa autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, em 07 de fevereiro de 2018 as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que não tiveram efeitos sobre estas demonstrações contábeis. **20. SEGUROS** - Os valores segurados são contratos em bases consideradas pela administração suficientes para cobrir eventuais perdas nos veículos da sociedade, decorrentes de sinistros. **21. CONTINGÊNCIAS** - As declarações de Imposto de Renda e outros tributos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais durante prazos prescricionais variáveis. De acordo com a administração, os processos judiciais em andamento não ensejam a necessidade de constituição de provisão nas demonstrações contábeis.


EDSON HEITOR MAGALHÃES DE SOUSA
Contador
CRC AM - 2423/O-AM


DANIEL VAZ DE SÁ RORIZ
Sócio Proprietário


EMERSON PERKINS LEMOS DE ASSIS
Diretor Adm. Financeiro